

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**UBERLÂNDIA, CAPITAL FEDERAL: UM SONHO QUE NÃO SE
REALIZOU**

ELISÂNGELA OLIVEIRA LUZ

ELISÂNGELA OLIVEIRA LUZ

UBERLÂNDIA, CAPITAL FEDERAL: UM SONHO QUE NÃO SE REALIZOU

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação da Profª Dra. Maria Clara Machado.

Uberlândia, Agosto de 2003.

ELISÂNGELA OLIVEIRA LUZ

**UBERLÂNDIA, CAPITAL FEDERAL: UM SONHO QUE NÃO SE
REALIZOU**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado - Orientadora

Profa. Dra. Jane de Fátima Rodrigues

Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães

Luz, Elisângela Oliveira, 1977

Uberlândia, capital federal : um sonho que não se realizou

Elisângela Oliveira Luz – Uberlândia, 2003

68 fl

Orientador(a): Maria Clara Tomaz Machado

Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Graduação em História.

Bibliografia: f. 62 – 64.

1. Uberlândia – 2. Sonho – 3. Capital federal.

Agradecimentos

À todos os meu familiares, em especial a minha mãe, Elvira Dias de Carvalho, que sempre apoiou incondicionalmente a realização de meus estudos. As minhas irmãs Liliam Cristina, Neuzilene, Cleide e Marlene, que em momentos difíceis, indiretamente possibilitaram a conclusão do curso que escolhi.

Aos meus amigos, Tânia Ruas e Ailton Oliveira, pelo companheirismo na realização dos trabalhos e disposição em ajudar-me a superar as dificuldades que surgiram ao longo, destes cinco anos, em que cursamos a faculdade de História. Ao Senhor Oscar Virgílio, pelas informações e materiais disponibilizados para que eu pudesse dar andamento à pesquisa.

À professora dra. Maria Clara Tomaz Machado, minha orientadora, por aceitar participar da realização deste trabalho. A todos os professores, que durante os cinco anos que freqüentei as salas de aula, repassaram-me vários conhecimentos, por meio do desgastante, porém, valioso e respeitável ato de ensinar .

Ressalto meu agradecimento, à professora dra. Jane de Fátima Rodrigues pelas análises e discussões como também o compartilhamento de conhecimentos que me proporcionaram a construção do trabalho que está sendo apresentado.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a mudança da capital do Rio de Janeiro para Minas Gerais a ser localizada no município de Uberlândia.

Início a discussão tomando como base a Constituição de 1891, que expõe a criação de uma comissão para realizar estudos no intuito de localizar o território para a futura capital federal. Estes estudos constituíram-se no governo de Floriano Peixoto, e a comissão “Exploradora do Planalto Central do Brasil” comandada pelo astrólogo Luiz Cruls.

Este projeto é por algum tempo esquecido sendo retomado na constituição de 1946, no governo do general Eurico Gaspar Dutra. Para concretização da exigência decretada pela constituição de ser a capital transferida para o planalto central, empossa-se uma outra comissão intitulada “Comissão de Estudos para localização da nova Capital do Brasil” sob presidência do general Poli Coelho.

Entre os locais selecionados pelos membros da comissão para a mudança, estava a região do triângulo mineiro, em específico a cidade de Uberlândia cogitada para ser a nova capital do Brasil. Analiso, a partir destas prerrogativas, as transformações ocorridas no cotidiano da sociedade uberlandense, ressaltando o seu posicionamento frente à essa transferência.

Concluo a pesquisa expondo que ao final dos trabalhos da referida comissão, a opção referente à localização do novo distrito federal no triângulo mineiro é descartada, optando-se pelo planalto central goiano.

Havia portanto, chegado ao fim o sonho dos uberlandenses, de verem a cidade de Uberlândia, elevada à capital da República federativa do Brasil.

Sumário

▪ Introdução.....	08
▪ Capítulo I. O visionário Coronel Carneiro e a mudança da capital federal	22
▪ Capítulo II. Uberlândia: o sonho da capital	32
▪ Capítulo III. Uberlândia: o fim do sonho	45
▪ Considerações gerais	58
▪ Bibliografia	62
▪ Anexos	65

INTRODUÇÃO

Nas décadas de 40/45 do século XX, no governo do general Eurico Gaspar Dutra, constituiu-se uma Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, comandada pelo General Poli Coelho. A partir dos trabalhos efetuados por esta comissão busco analisar a indicação da cidade de Uberlândia, resgatando a importância que passou a ocupar quando teve seu nome cogitado para sediar a capital e, o triângulo mineiro para distrito federal.

O interesse pelo tema surgiu enquanto cursava a disciplina “Tópicos Especiais em História do Brasil I”, ministrada pela professora doutora Jane de Fátima Rodrigues, no curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, na qual elencou algumas temáticas que considerava pertinentes à produção em História Local, como: a prostituição, as benzedadeiras, as parteiras, as primeiras - damas e outros temas que poderiam resgatar personagens históricos que tendem ao esquecimento.

Com o intuito de trabalhar a História Local escolhi o tema “Uberlândia, capital federal: um sonho que não se realizou”, por ter interesse em conhecer o papel que a cidade de Uberlândia ocupava no contexto nacional a ponto de ser indicada para abrigar a sede do poder. A partir deste momento passei a trocar informações com a professora e comecei a pesquisa.

Com o decorrer do trabalho de pesquisa às fontes documentais, pude detectar a importância dessa temática e conhecer melhor a cidade de Uberlândia e sua importância econômica e política, alcançada até aquele momento, no cenário histórico da época. Com base nas pesquisas que realizei, e nas fontes documentais pesquisadas, pude perceber que não existia estudos

sobre o assunto. Em uma das obras que selecionei¹ como auxílio na realização deste trabalho, o autor cita o território do triângulo mineiro, porém, sem dar ênfase à possibilidade deste sediar a capital federal. Seus estudos enfocam a região do triângulo mineiro de forma superficial, centrando a discussão mais na escolha da região onde encontra-se hoje a sede da capital do país.

Diante deste contexto, avalio que o presente trabalho justifica-se pelo seu ineditismo, enquanto resgate de uma memória que se encontra armazenada à espera de algum profissional capacitado, como historiadores, sociólogos, antropólogos e geógrafos, que possa desvendá-la. Como salienta Maurício de Almeida:

“É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual das cidades (muitas das quais certamente fechadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o presente, e garantir a gerações futuras lastro de memória importantes para sua identidade”.²

Partindo desse pressuposto, enfatizo a importância da temática sobre a mudança da capital como resgate da memória preservada enquanto “memória da cidade”, ou seja, recuperar a História da cidade naquele momento e não apenas o processo social que ocorreu em um momento específico.

A recuperação desta memória possibilitará às gerações futuras o conhecimento sobre o passado desta cidade e, aos profissionais que possuem como ferramenta de trabalho o estudo da História, um novo enfoque a respeito das condições sócio - econômicas e políticas que a cidade de Uberlândia já ocupou no cenário nacional.

¹ VASCONCELOS, José Adirson de. **A mudança da Capital**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.

² ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. *Revista Território*. Rio de Janeiro, 1998, p. 9/26

Uberlândia é considerada uma cidade nova. Sua elevação ao status de cidade data de 1888. A região teve como primeiro desbravador João Pereira da Rocha que chegou nesta localidade em 1818. Depois dele várias outras famílias promoveram fixação nestas terras. Entre elas o núcleo dos Carrejos, que possui, na figura de Felisberto Alves Carrejo, o fundador do “arraial de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha”, depois “São Pedro de Uberabinha” e somente em 1929 a designação de “Uberlândia”.

Ao analisar o histórico de formação e constituição da sociedade uberlandense, percebi que a preservação da memória coletiva, enquanto um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que supera o indivíduo, não faz parte da tradição desta sociedade.

Isso pode ser percebido na constituição da chamada “memória urbana”, que Abreu definiu como sendo o conjunto de registro ou lembranças perpetuados de gerações a gerações. Nesta perpetuação tem-se a sobreposição de algumas lembranças sobre outras, o que leva à perda de alguns acontecimentos que não conseguiram manter-se através do tempo.

Essa sobreposição ocorre, em parte, devido ao fato da classe dominante controlar os chamados centros de preservação de memória. O que acaba priorizando acontecimentos que consideram importantes, atitude que leva à perda de lembranças que estejam fora dos graus de importância criados pela elite e, pelo próprio descompromisso dos poderes públicos e da sociedade civil na discussão de um projeto maior sobre memória e preservação. A partir disso a memória que é disseminada como sendo coletiva é apenas registros de vivências da classe detentora de poder.

Devido ao fato de ser nova, Uberlândia possui pouco resquício no que diz respeito às lembranças de registros concretos, por exemplo, fachadas de prédios ou monumentos. O que era considerado antigo deu lugar ao novo, como meio de materialização do discurso progressista que impera no âmbito das discussões políticas. Como enfoca Vera Chacham³, quando discute a perda de espaço do “Bar do Ponto”, na cidade de Belo horizonte, frente ao ideário de modernidade que imperou na cidade nos anos 30 e 40. Para a autora a cidade de Belo Horizonte possuía a função de trazer o progresso para a região, diante disso constitui-se uma intensa prática de demolição, do que era considerado antigo e edificação do novo, como meio de concretização do ideal de transformação da cidade em uma metrópole, caracterizada por símbolos que expressavam a concepção do moderno.

A partir desta discussão, pude perceber que a imagem de uma cidade pautada na busca pelo progresso presente no discurso político, destruiu o seu núcleo original, o que relegou a Uberlândia a imagem de uma cidade com relutância em manter o que é antigo diante do surgimento do novo. Porém faz-se necessário ressaltar que existem projetos sendo criados para desfazer esta idéia, entre eles podemos citar o Arquivo Público Municipal e o Centro de Documentação Histórica da Universidade Federal de Uberlândia, que possui como objetivo o resgate da História da cidade de Uberlândia e região, por meio da recuperação de documentos que estejam dispersos ou mal acondicionados.

Geralmente, estes documentos encontram-se em poder de familiares, que percebem mais o valor sentimental do que o valor histórico. É neste

³ CHACHAM, Vera. **A memória dos pequenos lugares e a construção da grande cidade : Pontos e panoramas na Belo Horizonte dos anos 30 e 40.** *Varia Historia*, Belo Horizonte, nº13, Junho/94, p.132-146

momento que se faz presente a atuação do referido Centro, no intuito de conscientizar os familiares da importância em doar as heranças documentais para preservação enquanto documentação histórica.

Esta nossa percepção, no que se refere à preservação do passado, foi possível ser concretizada em um trabalho realizado como método avaliativo na disciplina Tópicos Especiais em Brasil I, no qual os alunos deveriam escolher um local podendo ser uma instituição pública ou privada, e promover um levantamento de fontes documentais, delimitando o estado de conservação e registrando as práticas de preservação da mesma.

Diante dos relatos quanto às experiências dos alunos na execução dos trabalhos, pude perceber que na maioria dos locais pesquisados, enfatizando que a busca maior foi por lugares considerados “antigos”, não existiam políticas de preservação dos documentos como se fazia necessário. O que os alunos encontraram em boa parte dos locais foi um amontoado de papéis. A memória que compõe a sociedade uberlandense estava perdida em meio ao descaso com documentos classificados em sua maior parte, como sendo “velho ou sem utilidade” .

Em meio a esta discussão proponho o seguinte questionamento, até que ponto os chamados centros de preservação da memória, entre os mais conhecidos, os museus, realmente possuem a capacidade de relatar, através de imagens e registros escritos, a História, considerando que em boa parte dos casos impera a seleção de documentação feita pela classe detentora do poder e controladora das políticas preservacionistas? Creio que a memória selecionada não atende aos interesses das minorias, o que leva à perpetuação da cultura elitista.

Maurício de Almeida Abreu⁴, faz uma discussão de que o Brasil não possui uma tradição em preservação do passado, o que se tem é uma valorização do novo frente ao antigo, o que o distingue, por exemplo, da Europa que, segundo o autor, possui o seu passado fazendo parte do presente e da idéia de futuro. No Brasil, com o projeto de modernização no século XIX, o que se destacou foi a esperança de um futuro melhor e a rejeição do passado, o fim de seus resquícios e principalmente a sua superação, fato verificado em Uberlândia no que diz respeito ao seu patrimônio edificado no final do século XIX.

Ao analisar o posicionamento condicionado pela sociedade uberlandense, na figura de seus representantes, percebi a semelhança com as qualificações acima descritas, de ser Uberlândia uma cidade com políticas preservacionistas pouco voltadas à preservação do passado.

Porém, Abreu ressalta que o Brasil está passando por uma transformação em seu conceito de preservação do passado:

*“(...) O passado das cidades brasileiras está sendo revalorizado e a preservação/ recuperação/ restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo que vem sendo perseguido por inúmeros agentes, destacando-se aí os governos municipais. Mesmo cidades relativamente novas já adotam a prática de preservar os vestígios mais significativos de sua história. (...)”.*⁵

Diante disto, analiso a importância do trabalho com a História Local, por esta exigir do historiador mais empenho e disponibilidade para a pesquisa, ou melhor, a busca por fontes documentais. Como salienta Angelo Priori quando discute a questão relativa à localização de fontes documentais:

⁴ ABREU, op. cit., p. 9

⁵ Ibidem

“(...) Com raras exceções encontramos arquivos bem estruturados, documentos organizados ou catalogados. Quase sempre arquivos não passam de um amontoado de papéis velhos e sujos, jogados às traças e ao fardo do historiador. Neste caso antes de ser pesquisador, o historiador é arquivista e processador de documentos”. (grifo meu).⁶

Para consagrar esta classificação do historiador enquanto arquivista, José Mattoso⁷ expõe que o historiador que nunca praticou a pesquisa, não saberá o prazer que dá encontrar documentos certos num depósito arquivístico e depois descobrir neles dados que permitam reconstituir o viver do homem de outrora.

As políticas preservacionista são recentes. A maioria das cidades de menor porte não investiram em conservar documentos referentes à memória, ou melhor, à história que identificava aquela sociedade. Esta é outra dificuldade enfrentada pelo trabalho com História Local e Regional, que no século XIX e metade do século XX, foi relegada ao descaso pelos adeptos da História Geral. Porém, na década de 50, do século XX, ressurgiu com significado diferente, fato que proporciona aos historiadores um alargamento do campo temático na produção historiográfica.

Em relação à discussão acima, Jane de Fátima Rodrigues⁸ salienta:

“Neste período, inúmeros estudos de ‘caso’, através da reconstituição familiar (casamentos, taxas de mortalidade e natalidade); o cotidiano das pequenas vilas e cidades, os processos inquisitoriais, as revoltas urbanas e rurais, dentro outros temas, tanto medievais quanto modernos foram devassados por diversos(as) historiadores(as) sob a influência dos Annales”.

⁶ PRIORI, Angelo. **História regional e local: método e fontes**. Revista Pós-História. Assis, 1994, vol. 2, p. 181/187.

⁷ MATOSSO, José. **A Escrita da História. Teoria e métodos e fontes**. Revista Pós-História. Assis, 1994, vol.2, p. 181/187.

⁸ RODRIGUES, Jane de F. S. **História Regional e Local: problemas teóricos e práticos**. Revista História & Perspectiva Uberlândia: EDUFU/COCH, 1997, nº16/17, p. 149.

Nesta perspectiva a História Local teve na particularidade sua principal característica. Não é possível aceitar que um determinado acontecimento, classificado como macro, cause o mesmo efeito em vários locais. Ao analisar a temática relativa às grandes teorias sociais e o papel relegado à História Local, Vera Alice Cardoso Silva⁹, coloca que a História Regional talvez seja o único método eficaz de testar o âmbito de validade de grandes teorias, ou de generalizações teóricas baseadas na consideração de um ou poucos casos tomados como paradigmas, ou seja, aceitar a idéia da História dos centros, como sendo a História da nação.

Porém, devemos ressaltar que esta construção histórica, pautada na particularidade, no singular, não deve estar desconexa do contexto histórico, no qual está inserida, para que a pesquisa não se torne algo desvincilhado da realidade estudada. Em nenhum momento é intenção dos adeptos da História Local contrapor-se à História Nacional, mas sim, promover a integração a fim de produzir trabalhos eficazes na produção do saber histórico.

Não é possível classificarmos a História Local como reflexo da História Nacional. As características singulares, em decorrência das práticas cotidianas e da tradição cultural que foram formadas, impedem que a taxemos como espelho dos acontecimentos nacionais.

Para Vera Alice Cardoso Silva, a História Nacional não deve ser vista como uma soma da História Regional, mas esta pode indicar as variáveis que são relevantes para compreensão do sistema global de relações, que é o Estado Nacional.

⁹ SILVA, Vera A. C. **Regionalismo: o Enfoque Metodológico e a Concepção Histórica**. SILVA, (Coord.). *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo : Marco Zero/ CNPq, 1990

Sedimentando esta discussão podemos ressaltar que o acontecimento histórico não se repete, e a localidade com características próprias possui escala de tempo distinta dos grandes processos históricos, fator que leva os agentes sociais destas localidades a apreenderem os acontecimentos classificados como nacionais de forma e momentos diferentes.

A partir disto é possível compreender que o contexto social em que uma determinada sociedade está inserida, determina e delimita a recepção dos acontecimentos sociais codificados como marcos nacionais.

Para José Mattoso¹⁰, o estudo do Local ou Regional pode ser extremamente gratificante para quem procura conhecer-se a si próprio e ao mundo a que pertence, ou seja, para um historiador que pesquisa História Local, há a possibilidade de conhecer melhor a identidade que compõe aquela sociedade. E, se esse grupo social for aquele no qual está inserido, a aproximação com sua identidade e a chance de conhecer a própria história torna a pesquisa do historiador mais agradável e mais próximo do que ele vivencia no cotidiano.

É, portanto, neste sentido que acredito na validade e importância deste trabalho. Recuperar a memória e transformá-la em História, fará com que os uberlândenses conheçam melhor o seu passado e, porventura, projetem o seu futuro.

Resgatar a temática proposta irá possibilitar a muitos acadêmicos, pesquisadores e demais interessados, a constatação de que o triângulo mineiro, em específico a cidade de Uberlândia, em tempos passados foi centro

¹⁰ MATTOSO, op. cit., p. 180

de atenções, análises e estudos por parte de uma série de profissionais de áreas diversas, como engenheiros, geógrafos e médicos.

O historiador que opta por trabalhar com a História Local encontra uma pesquisa mais árdua, pelo fato de primeiro necessitar localizar as fontes e a partir disso poder, efetivamente, dar início à pesquisa. Diferente desta realidade, temos os pesquisadores que trabalham com temas já consagrados cuja documentação encontra-se organizada e de fácil acesso.

Vivenciei esta situação enquanto historiadora, trabalhando um tema fundamentado na História Local. Durante quase seis meses tentei conseguir, por envio de e-mail, dados existentes em um Relatório Técnico, constituído pela Comissão criada para definir a localização da nova capital federal. Para minha pesquisa esse relatório era peça fundamental, pois nele encontrava-se as análises feitas sobre o território do triângulo mineiro, enquanto local com possibilidade de vir a ser, o novo distrito federal.

Estive no Arquivo Público de Brasília para realizar um estudo do relatório e, lá chegando, recebi a notícia de que o mesmo estava desaparecido. Naquele momento pensei que minha pesquisa havia terminado, pois a base para as análises que pretendia promover estava contida no relatório. Depois de procurar na Biblioteca da UNB (Universidade de Brasília), no Arquivo Público de Brasília, na Biblioteca do Senado Federal, no Instituto Histórico e Geográfico de Brasília e no Ministério do Exército, só obtive acesso à documentação, que estava acondicionada em caixas estilo arquivo, no Quartel General de Brasília.

Faz-se necessário ressaltar que um documento, sob meu parecer, muito importante para a pesquisa histórica, encontrava-se armazenado junto a recortes jornalísticos, intitulados “Comemoração do Aniversário da Cidade de

Brasília”, sem a preocupação com o estado de conservação para perpetuação de seu conteúdo.

Recebi da tenente responsável pela organização da biblioteca, a confirmação de que seria enviado uma cópia do documento para o Arquivo Público de Brasília, no intuito de facilitar o trabalho de futuros pesquisadores.

Devo salientar que em alguns momentos pensei em desistir do meu trabalho, devido às dificuldades que tive para localizar as fontes documentais. A partir disto, enfatizo o quanto a pesquisa em História Local exige mais empenho do pesquisador, pois as temáticas não estão consagradas e a documentação, em sua maioria, esta dispersa ou mal organizada.

Quanto à pesquisa em jornais de época não encontrei muitas dificuldades. Estes estiveram acessíveis a todo momento em que precisei, no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Alguns encontram-se em estado de conservação comprometedor, havendo necessidade de mais investimento por parte dos dirigentes da Instituição com a preservação destes documentos, que são imprescindíveis para a preservação da História Local.

Na pesquisa nas Atas da Câmara Municipal, não consegui muitas informações. Primeiro por não haver sessões na Câmara, de 1937 à 1945, em decorrência do período de ditadura imposta pelo Estado Novo de Getúlio Vargas¹¹, e do ano de 1946 à 1949, não encontrei menção ao tema.

Outra instituição pesquisada foi a ACIUB (Associação de Comércio e Indústria de Uberlândia), órgão de participação política constante na cidade. Porém, sobre o tema foram poucas as referências feitas. Em uma reunião, na

¹¹ GETÚLIO Vargas presidiu o Brasil de 1930 a 1945 . O país sofre um golpe de estado em 1937 sendo o Congresso fechado e extintos os partidos políticos. Instaura-se a partir disto a ditadura Vargas, também conhecida como Estado Novo, o poder político estava centrado na pessoa do governante e cabia ao mesmo todas as decisões políticas referente ao país.

qual se discutia a questão referente a possibilidade de Uberlândia sediar a capital federal, foi posto em votação a criação de uma comissão para difundir a idéia da cidade como capital, e conseguir apoio para a realização deste projeto. Porém não encontrei outros relatos em outras reuniões, e o tema deixa de ser discutido. Ao ler as atas de outras reuniões subseqüentes à proposta de difundir a idéia de Uberlândia como capital, não consegui obter sucesso, e a partir disso a temática foi relegada ao esquecimento.

Com o intuito de resgatar o panorama existente na cidade de Uberlândia nos anos 40, utilizei uma referência metodológica que proporcionou uma análise mais minuciosa, já que optei por uma temática com um recorte temporal (1939/1948) reduzido, que é analisar a cidade de Uberlândia frente a possibilidade de sediar a capital, enfatizando o motivo que levou ao descarte deste projeto para a cidade.

Compreendo que a História Social caracterizada enquanto uma abordagem que valoriza o particular, o estudo de comunidades, a reconstituição de episódios excepcionais na vida cotidiana dentro dos processos históricos, têm proporcionado à pesquisa histórica um alargamento das fontes, passando a ser incorporados aos documentos classificados como oficiais outros como: cartas pessoais, fotografias, diários e entrevistas, biografias e outros. Como analisa Jane de Fátima:

*“A História social tem fornecido ferramentas interessantes que permitem ao (a) historiador(a) o resgate de temas locais e regionais com pertinência, principalmente porque induz à interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento”.*¹²

Associado a esta forma de abordagem, utilizo a História Local e a micro História enquanto vieses metodológicos ideais para a realização deste trabalho,

¹² RODRIGUES, Op. cit., p. 157

pois, possuem como uma de suas características básicas recortes pontuais como a redução da escala do objeto .

A utilização da micro História tem se mostrado um caminho rico para os pesquisadores que decidem trabalhar com a História Local, pois possibilita a redução de escala levando a um estudo aprofundado das fontes documentais. Como discute Jane de Fátima Rodrigues, “*o princípio básico da utilização da micro história está na redução da escala do objeto a ser pesquisado e na sua profundidade*”.¹³

A História Social tem conseguido adquirir cada vez mais espaço entre os historiadores. No Brasil, os estudos fundamentados na História Local têm levado a inserção das temáticas regionais nos currículos acadêmicos, à partir da exigência de monografias como conclusão dos cursos de História, e a criação de departamentos/setores voltados para o estudo da localidade, como exemplo o CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História) da Universidade Federal de Uberlândia.

A criação de disciplinas específicas, direcionadas à discussão teórico-metodológica referente à região em que a instituição está localizada, é outra contribuição importante que o trabalho com a História Social tem proporcionado à produção historiográfica, no sentido de impedir que ocorra a imposição da História Nacional sobre a História Local e Regional, a exemplo da Disciplina Tópicos Especiais em História do Brasil I, do Curso de História da UFU.

Como já foi discutido anteriormente, cada região possui particularidades que a caracterizam, como por exemplo, a organização político-econômica e os valores socioculturais e, por meio do trabalho de resgate dos acontecimentos

¹³ Ibidem, p.159

ocorridos, pode-se reconstituir modos de vida, organização social e estrutura econômica que vigenciaram naquela sociedade. A partir do exposto tanto o pesquisador quanto a comunidade em geral, passa a ter a possibilidade de conhecer a História que os agentes/sujeitos sociais, da referida região, conseguiram construir através dos tempos.

O visionário Coronel Carneiro e a mudança da capital federal

A mudança da capital é assunto que permeia vários séculos a História do Brasil. Aparece estabelecida legalmente em 1891, na primeira Constituição da República em seu artigo 3º com a seguinte redação: *“Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital”*¹⁴. Um artigo, em comemoração aos quarenta anos da inauguração de Brasília, traz como destaque um paralelo entre a construção da capital federal e a História do Brasil : *“A história da implantação de Brasília se confunde com história do Brasil. Esta cidade - capital moderna é a materialização de sonhos e projetos muitos antigos, partilhados por muitas gerações de brasileiros”*.¹⁵

O tema é por um tempo esquecido e retomado vagamente no governo de Epitácio Pessoa, com a assinatura de um decreto legislativo que previa o início da construção da capital. Em 1922, por um ato do presidente, em comemoração ao Centenário da Independência, é lançada a pedra fundamental da nova capital, na região de Planaltina, no estado de Goiás.

A discussão em torno da mudança da capital novamente cai no esquecimento, sendo recuperada com a promulgação da Constituição de 1934, em seu artigo 4º. Em 1937, o país sofre um golpe de Estado comandado pelo presidente em exercício, Getúlio Vargas, que promulga a Constituição de 1937

¹⁴ REVISTA Uberlândia Ilustrada ,Uberlândia, nº 9, abril de 1941, p. 24

¹⁵ LONGA história/ breve histórico da interiorização da capital do Brasil. **Patrimônio Cultural**. Brasília, c.2000, Biblioteca do Quartel General. Documentos referentes à comemoração dos 40 anos de Brasília.

institucionalizando o regime autoritário e, o assunto da mudança da capital recebe vaga referência.

A ditadura Vargas perdura de 1937/1945, quando ascende ao poder o General Eurico Gaspar Dutra e com ele a chamada “Fase de Redemocratização do Brasil”.

O governo Dutra traz, nas disposições transitórias da Constituição promulgada em 1946, o tema da mudança da capital, com o objetivo de efetivar este projeto ainda em seu governo. Para a sua realização o presidente Dutra compõe uma comissão para estudar a localização da futura capital, denominando-a “Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil”, chefiada pelo General Poli Coelho, comissão esta, que será a base de análise deste trabalho.

Para elucidar a questão da localização da capital, farei um breve histórico sobre as capitais que o Brasil possuiu antes da fundação de Brasília. Fundada em 29 de março de 1549, Salvador foi a primeira capital do Brasil, posição que manteve durante 214 anos (1549-1763). Os navegadores portugueses, desde 1501 conheciam a parte litorânea da cidade batizada por Cabral, por ocasião de sua chegada ao Brasil, de Baía de Todos os Santos. Localizada estrategicamente na costa brasileira, propiciava as ligações Portugal - Brasil - África - Ásia e um distanciamento uniforme tanto em relação a regiões Norte como a Sul do Brasil. Estes fatores determinaram a escolha de Salvador como local ideal para a construção da capital do Brasil.

Muitas foram as investidas durante o período em que a cidade de Salvador ocupou a sede do governo, por parte de diversos países com o intuito de conquistar uma das mais importantes colônias portuguesas. Primeiro os

franceses, que no século XVI ocuparam territórios próximos com a intenção de dominar a capital mas foram expulsos após uma forte campanha. Salvador conseguiu repelir também alguns ataques de piratas ingleses, porém, não conseguiu estrutura de ataque para resistir às duras investidas dos holandeses com seus 500 canhões, 1.700 soldados e 1.600 marinheiros do almirante holandês Willenkens.

A maior contribuição deste período em que Salvador esteve sob o domínio dos holandeses, que durou um ano, foi a percepção de que se fazia necessário um reforço por parte da metrópole na guarnição das terras colonizadas. Porém, novamente os holandeses investem contra a capital e durante 11 meses, de maio de 1624 ao último dia de abril de 1625, conseguem dominar Salvador. Em 1638, mais uma tentativa de invasão (desta vez por Maurício de Nassau), que apesar de seus 3.400 soldados e 1.000 índios, não obteve êxito.

Este panorama de investidas para a conquista da sede do governo, associado ao fato do eixo da economia colonial deslocar-se da indústria açucareira do nordeste para a indústria de mineração do centro-sul, com a era do ciclo do ouro e dos diamantes predominando sobre o ciclo da cana-de-açúcar, reforçaram a necessidade de promover a mudança da capital para um local onde o governo pudesse controlar as transações financeiras no comércio de ouro.

Salvador foi sede do governo por dois séculos e cumpriu bem sua missão de firmar, para Portugal, a propriedade e a posse da terra, assegurando-lhe a unidade política, social e econômica, por meio de estreita e permanente ligação com todos os pontos do país.

O Rio de Janeiro sediou a capital por quase dois séculos de 1763 a 1960. Durante alguns anos chegou a ocupar a sede do governo português, quando hospedou a família real que havia deixado Lisboa às pressas, pressionada pelo avanço das tropas de Napoleão. Foi palco da ascensão do príncipe D. João VI ao trono após a morte da rainha D. Maria I e, passados alguns anos, assiste ao regresso do monarca e de sua corte a Portugal. Testemunhou um dos mais importantes fatos da História do Brasil, a Independência da nação frente a dominação portuguesa. Promoveu a coroação de Pedro I, que viria a confirmá-la como sede da nova nação que estava surgindo. Conviveu com o clima de apreensão que se seguiu à ruptura com Portugal.

O Rio de Janeiro festejou com alegria a coroação do segundo imperador. Ao mesmo tempo sofreu as incertezas trazidas pelo confronto com o Paraguai. Presenciou, por intermédio da princesa Izabel, a assinatura da Lei Áurea e o fim da escravidão negra, oficialmente decretada em 1888, e foi palco novamente de outro grande acontecimento que alterou o panorama histórico do Brasil. Aos dias 15 de novembro de 1888, testemunhou a derrubada da Monarquia e instauração da forma de governo republicano, na sociedade brasileira.

Diante destes acontecimentos, pode-se salientar que a cidade do Rio de Janeiro possui uma presença marcante no que diz respeito aos grandes acontecimentos que definiram as transformações do país, durante os quase dois séculos em que sediou a capital da nação.

Como a crise em Salvador, que pelos motivos já citados culminou com a necessidade de transferir a sede do governo para outra localidade, se deu com

o Rio de Janeiro. Entre os motivos que exigiam a mudança da capital estava a super lotação da cidade que não comportava, em condições dignas de saneamento básico e estrutura urbana, o posto de sede do Governo Nacional.

O Rio de Janeiro, desde a instalação da Corte portuguesa, vinha sofrendo um “inchaço” populacional, as sucessivas administrações não conseguiam proporcionar serviços de abastecimento de água e saneamento básico na mesma medida da exigência imposta pelo crescimento de demanda¹⁶.

O panorama descrito, associado à falta de controle de higiene, fez com que epidemias se alastrassem e matassem milhares de pessoas com o passar dos anos. Com a abolição da escravatura este cenário de excesso de população agravou-se, culminando com a falta de empregos e moradias, e como solução imediata houve o abarrotamento desse excedente em pensões e casas de cômodo¹⁷, o que intensificava os problemas de higiene e insalubridade, contribuindo para a proliferação de mais epidemias.

Com o advento da República agrava-se essa situação de epidemias. No ano de 1891 ocorreu uma coincidência de epidemias de varíola e febre amarela, unidas à malária e à tuberculose. A cidade do Rio de Janeiro viu sua taxa de mortalidade atingir o seu mais alto nível. Morriam 52 pessoas a cada mil habitantes.

Diante das péssimas condições de higiene e urbanização, associado ao fato de estar localizada em região litorânea, posição que facilitaria um ataque por via marítima, o governo passa a analisar a necessidade da mudança para a

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Eram chamadas assim as casas que possuíam oito cômodo, o que possibilitava acomodação de muitas pessoas.

região central do Brasil, como já havia sido definida pela Constituição de 1891 e, posteriormente, em 1934, 1937 e 1946.

A cidade do Rio de Janeiro era considerada uma das maiores cidades do mundo, quando decorridos 197 anos desde a sua elevação à sede do governo federal em 1763, Cedeu sua condição de capital a uma nova cidade que se erguia nos sertões, como fruto de uma nova realidade que se impunha, de novos tempos que se abriam nos destinos do Brasil.

Com o intuito de superar os problemas existentes nas duas localidades que sediaram a capital, a escolha da nova capital federal, deveria atender algumas exigências como: proteção contra ataques marítimos, ou seja, estar localizada em território com fronteiras continentais, estrategicamente ligadas aos estados que compunham a Federação e, ainda, ser um local que estivesse começando uma promissora estrutura sócioeconômica.

Uberlândia, situada no triângulo mineiro, atendia estas prerrogativas. Cidade que alcançou a condição de município em 1888 e, a partir daí, seus dirigentes sonharam em proporcionar uma condição de destaque para a sociedade uberlandense perante o cenário nacional. Para alcançar este objetivo, uma das principais estratégias adotadas foi a busca pelo progresso, por intermédio de investimentos em políticas que visassem o desenvolvimento econômico e social do município.

Faz-se necessário salientar que uma das personalidades que se empenhou em conseguir trazer para o município de Uberlândia o posto de capital federal, foi o coronel José Teófilo Carneiro, um dos precursores da crença na cidade enquanto um município promissor, com um futuro marcado

pela busca do progresso. O coronel Carneiro, assim descreve o sonho de ver a estimada cidade de Uberlândia elevada à capital federal:

“Escreva o que vou lhe dizer, pois, o que lhe vou dizer, guarde consigo e, ao seu tempo, você dirá pelo seu jornal o que houver acontecido. “UBERABINHA É O CORAÇÃO DO BRASIL tem essas”, e como tal será um dia a Capital da República.(...). Planalto não possibilidades, o seu clima é frio e variável Uberabinha tem 6 bôas, quedas dagua, além de possuir, tudo quanto é necessário para a localização aqui de uma cidade, capaz de abrigar 2 milhões de habitantes. Venho observando isso há muitos anos. Nas minhas viagens a . São Paulo, Rio e Belo Horizonte, viajo sempre anotando o que observo pelo caminho e cada dia me convenço mais de que o nosso município é uma faixa de terra privilegiada. Uberabinha está fadada a ser um grande “centro de irradiação para todos os quadrantes do Brasil. Já disse isto pessoalmente ao meu compadre Marechal Hermes (presidente da República); ao dr. Wenceslau Braz (presidente do Estado); e a todos os senadores e deputados que conheço pessoalmente; e a todos eles, como você tem visto, escrevo diariamente nesse sentido. (...).Uberabinha , 18 de Agosto de 1914”¹⁸

Durante minha pesquisa nos jornais A Tribuna, O Repórter, Correio de Uberlândia e O Estado de Goiás, no que diz respeito aos empreendimentos político-econômicos voltados para o desenvolvimento da cidade, pude perceber que havia um culto, no sentido de exaltar as condições que Uberlândia possuía como uma cidade promissora, guiada por indivíduos de espíritos arrojados na busca pelo desenvolvimento sócioeconômico. Pela leitura dos artigos há uma ênfase às visitas de grandes personalidades políticas e empresários, com o intuito de salientar que a cidade era conhecida e possuía contato com empresários que comandavam o polo de desenvolvimento industrial do país.

De outras regiões, como por exemplo, Goiânia e as cidades do estado de Goiás que fazem divisas com Minas Gerais, também encontra-se vários

¹⁸ PESSOA, S. “Estava escrito já há 32 anos passados: ‘Uberlândia será um dia capital da República’ ”. **Jornal O Repórter**, Uberlândia, 13 de julho de 1946. p.1

relatos ressaltando o destaque que Uberlândia estava alcançando perante as outras cidades e estados.

O interventor político de Goiás, o senhor Pedro Ludovico¹⁹, em visita à cidade, ao dar uma entrevista ao jornal *Correio de Uberlândia*, classificou a cidade como uma das mais promissoras do triângulo mineiro, com importância significativa para o desenvolvimento da região entre os estados de Minas Gerais e Goiás.

A Revista *Uberlândia Ilustrada*²⁰, traz informações de dados quantitativos do cenário de Uberlândia no início da década de 40. Estes configuravam-se relevantes para a contextualização da condição política, econômica e social que a cidade possuía e sedimentavam o projeto de transferência da capital:

- População - 24. 245 habitantes
- Extensão da área habitada - 18 Kls²
- Praças - 12
- Avenidas - 19
- Ruas - 87
- Travessas - 10
- Uma estação de via férrea – Uma de aviação – Uma de viação – Uma de Rádio Difusora – Uma de telégrafo – Uma de rádio - telegrafia.
- Concessionária de serviço de eletricidade – 1
- Estação de tratamento de Água e Esgoto – 1
- Estabelecimento de Ensino – 32 com 4.952 alunos
- Jornais - 6

¹⁹ “DISCURSO do Interventor Pedro Ludovico”. *Jornal Correio de Uberlândia*, 11 de Abril de 1939, p.1

²⁰ REVISTA *Uberlândia Ilustrada*, Uberlândia, nº 9, abril de 1941, p. 24

- Revista - 1
- Centro Agro – Pecuário - 1
- Centro de Saúde - 1
- Hospitais – 6
- Tiro de Guerra – 1
- Loja Maçônica – 1
- Centros Espíritas – 2
- Igreja Católicas – 4
- Igreja Evangélica – 2
- Manicômio – 1
- Associação Comercial – 1
- Clube Recreativo – 2
- Cinemas – 3
- Biblioteca Pública – 1
- Automóveis(de praça e particulares) – 215
- Auto – ônibus – 12
- Caminhões de transporte – 185
- Estabelecimentos comerciais – 56 divididos entre: lojas de móveis, agência bancárias, armazéns, transportadoras, lojas de calçados e confecções, livrarias, hotéis, empresa imobiliária e outros.

Com base nestes dados, o panorama da cidade configurava-se em um município em ritmo de desenvolvimento acelerado, pois a contar do período em que a mesma conseguiu a elevação à condição de município, passaram-se apenas quarenta e dois anos para que conseguisse edificar a estrutura econômica acima descrita.

Além da estrutura de comércio e indústria, salienta-se a relevante participação política do município. A cidade possuía figuras proeminentes atuando junto aos órgãos dirigentes, em nível estadual e federal, no intuito de proporcionar ao município a aquisição de recursos para intensificar o desenvolvimento político-econômico e social. Como exemplo, a construção de escolas com cursos profissionalizantes e, posteriormente, a criação da Faculdade de Direito, de Engenharia e outras estabelecidas em Uberlândia e subsidiadas pelo governo federal, na década de 60.

As condições climáticas, sobressaindo principalmente o potencial hidráulico e clima agradável, com temperatura média de 18°, foram outros recursos que proporcionaram a Uberlândia a possibilidade de sediar a capital do país, já que água era um dos fatores primordiais para a escolha da localização da capital. Ao analisar o relatório técnico da Comissão Poli Coelho, a valorização do recurso hídrico é fundamental nas análises feitas pelos engenheiros que compuseram a comissão quando discutiram as condições climáticas necessárias para a criação do distrito federal.

A cidade de Uberlândia, apesar de não ter alcançado o posto de capital federal, não deixou de manter o seu padrão de cidade em busca do progresso, e conseguiu construir um pólo industrial que lhe proporcionou grande destaque no cenário nacional. A cidade desenvolveu grupos econômicos que difundem seus produtos por todo o país, como o Grupo Martins, Algar, Peixoto, CTBC e outros, sendo o comércio de atacado e varejo o seu principal ponto de movimentação financeira.

Uberlândia: o sonho da capital

A transferência da capital brasileira é um tema que perdurou em discussão por mais de um século junto aos órgãos responsáveis pela efetivação do projeto. A mudança da localização da sede do governo inicia-se com a primeira sugestão de interiorização da capital federal ainda no Brasil colônia. Em 1750, o cartógrafo genôves Francisco Tossi Colombina, elaborou a Carta de Goiás e Capitanias Próximas, no qual indicava a proposta da mudança da capital para essa região. Porém, há pouca referência a este fato nos anais sobre a mudança da capital.

Passados onze anos, em 1761, tem-se por parte do primeiro ministro de Portugal, o Marquês de Pombal, a sugestão de transferência da capital da colônia, fundamentada pelo próprio império português, para o interior do Brasil. Esta foi uma idéia mais arrojada, o que não condizia com o momento, já que a discussão em torno da mudança estava apenas começando.

Ainda no século XVIII, a interiorização da sede do governo volta a ser palco de discussões. Tiradentes, líder da Conjuração Mineira, associado aos outros inconfidentes, possuía como plano para o novo país liberto, a instalação da capital na cidade de São João del Rey. Segundo justificativa elaborada pelos inconfidentes, essa cidade era a que apresentava as melhores condições para comportar a sede do governo, por estar bem situada e possuir uma subsistência de alimento abundante.

Em 1808, foi fundado, em Londres, o Jornal Correio Brazilienze, com o intuito de difundir idéias ligadas à defesa do desenvolvimento e emancipação do Brasil, por Hipólito José Costa, que iniciou uma campanha por intermédio de

artigos nos quais se discutia a necessidade de mudança da capital federal para o interior.

A primeira manifestação de um órgão da administração brasileira em prol da mudança, ocorreu no ano de 1821 quando, em meio às turbulências em favor da independência, Dom Pedro de Bragança mandou publicar instruções da Junta Governativa Provisória de São Paulo aos deputados da Província, responsáveis pelos encaminhamentos para elaboração da nova constituição para o reino de Portugal e suas colônias. Em um dos artigos, consta a seguinte redação:

“(...) a edificação de uma nova cidade central, para sede da Regência e dos Tribunais, em local de bom clima, no sertão, livre de ameaças e ataques a que estão expostas as cidades marítimas, e abertura de estradas que a ela conduzissem as diferentes províncias e portos de mar”.²¹

A partir da Independência do Brasil, em 1822, foi encaminhado à Assembléia Constituinte um documento intitulado “Memória sobre a necessidade de edificar no Brasil uma nova capital” de autoria de José Bonifácio, sugerindo os nomes de Petrópolis ou Brasília à nova capital. Para a sua localização sugeriu a cidade de Paracatu, no estado de Minas Gerais.

A primeira Constituição da República do Brasil datada de 1891, estabelece em seu artigo 3º um posicionamento em relação ao tema da transferência da capital, conforme exposto no capítulo 1. Próximo a este acontecimento, no ano de 1892, o então presidente da República do Brasil, Floriano Peixoto constitui a primeira comissão para o estudo e escolha da localização da nova capital federal.

²¹ LONGA história/ breve histórico da interiorização da capital do Brasil. **Patrimônio Cultural**. Brasília, c.2000, Biblioteca do Quartel General. Documentos referentes à comemoração dos 40 anos de Brasília.

Denominada “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” foi a primeira iniciativa oficial do governo brasileiro no sentido de concretizar o projeto de mudança da capital. Composta por geógrafos, médicos, botânicos, higienistas, geólogos, naturalistas e engenheiros, liderada pelo astrônomo Luiz Cruls, e na época, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. A “Missão Cruls” como ficou conhecida, realizou seus trabalhos de 1892 a 1894, quando apresenta um relatório final, indicando uma área retangular de 14.400 Km² que passou a ser chamada, desde então, de “Retângulo de Cruls”.

Para a comemoração do centenário da independência, o então Presidente da República, Epitácio Pessoa, baixa o decreto N.º 4.494, de 18 de janeiro de 1922, determinando o assentamento da pedra fundamental para o início da edificação da nova capital, com base nos trabalhos realizados pela Comissão Cruls. No dia 07 de setembro de 1922, com uma caravana composta de 40 pessoas é assentada a pedra fundamental no Morro do Centenário, na Serra da Independência, situada a 9Km da cidade de Planaltina, em Goiás.

As idéias mudancistas, nos anos seguintes, perdem suas forças e são novamente deixadas de lado, sendo novamente recuperadas na constituição de 1934 em seu artigo 4º:

*“Será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil. O presidente da República. Logo que esta constituição entrar em vigor, nomeará uma comissão que, sob instruções do governo, procederá estudos de várias localidades adequadas a instalação da Capital. Concluídos tais estudos serão presentes a Câmara dos deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, as providências necessárias a mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.”*²²

²² REVISTA Uberlândia Ilustrada, Uberlândia, nº 12, julho de 1946, p.4

Decorridos três anos, o país vê sua realidade social e política transformada com a imposição do Estado Novo. A Constituição outorgada em 1937 refere-se vagamente à mudança da capital, em seu artigo 7º:

“O atual Distrito Federal enquanto sede do governo da República, será administrado pela União.

Que devemos escolher de novo uma área para o Distrito Federal, já os constituintes de 1934, tinham em mente, quando esqueceram estar demarcada a área de Formosa e estabeleceram que uma comissão procederia a estudos de várias localidades adequadas a instalação da Capital em um ponto central do Brasil.”²³

Passados os anos da ditadura getulista e redemocratizado o país, o artigo 4º das Disposições Transitórias da nova Constituição de 1946, determina a transferência da capital para o planalto central e cria-se uma comissão para definir o lugar onde a cidade seria construída:

“A Capital da União será transferida para o Planalto Central do País. §1º - Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localidade da nova capital. § 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União. § 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso resolverá sobre a data da mudança da capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.”²⁴

A comissão em questão ficou conhecida como “Comissão Técnica de Estudos para Localização da Nova Capital”, chefiada pelo general Djalma Poli Coelho e composta por agrônomos, engenheiros, geógrafos, geólogos, higienistas, médicos e militares. O trabalho realizado durou dois anos e finalizou com a manutenção da área já demarcada pela missão Cruls, porém

²³ Ibidem

²⁴ LONGA história/ breve histórico da interiorização da capital do Brasil. **Patimônio Cultural**. Brasília, c.2000, Biblioteca do Quartel General. Documentos referentes à comemoração dos 40 anos de Brasília.

salientando a necessidade de ampliar a área para o norte, delimitada de 14.400 para 77.000 Km².

Mais que aumentar a área destinada à criação do distrito federal, o general Poli Coelho enxergou na ocupação do interior do país um passo em busca do desenvolvimento:

*“(...)Essa Terra Central, que pertence integralmente ao Brasil, não está entretanto ocupada pelos brasileiros (...). A grandiosidade de sua área está em violento contraste com a mediocridade de sua economia. Entretanto, esta Terra Central será perfeitamente habitável e aproveitável, se não faltar ao Brasil a autodeterminação indispensável a qualquer Nação que não deseja ser relegada para os planos secundários da vida internacional, com risco para a sua própria existência.”*²⁵

Outra comissão foi instituída em 1953, no governo de Getúlio Vargas, com a designação de “Comissão de localização da Nova Capital Federal”, sob presidência do General Caiado de Castro. Esta comissão estudou os relatórios da Missão Cruls e da Missão Poli Coelho. Realizados estes estudos preliminares optou-se por contratar uma empresa de aerofotometria, a Cruzeiro do Sul e, posteriormente a empresa americana, “Donald J. Belcher and Associates Incorporated”, que deu origem ao nome com o qual ficou conhecida a última comissão, “Comissão Belcher”.

A Belcher ficou encarregada de analisar o material fotográfico produzido pela Cruzeiro do Sul e desenvolver uma série de pesquisas complementares. A Donald Belcher, em seu relatório parcial, dividiu a área estudada em cinco sítios de 1.000 quilômetros quadrados cada um: o sítio verde, castanho, azul, amarelo e vermelho.

²⁵ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Comissão de Estudo da Localização da Nova Capital do Brasil – Relatório Técnico**. Rio de Janeiro, 1948. 1ª parte v. III, p.30

A comissão de localização empreendeu diversas viagens aos sítios apontados no Relatório Belcher e continuou seus estudos dentro da maior confidencialidade, para evitar a especulação imobiliária. No dia 15 de abril de 1955, a Comissão fez a escolha oficial do sítio Castanho para sediar a futura capital do Brasil. Estava definido, a partir daquele momento, o local onde seria edificada a nova capital federal.

Devo salientar que não é objeto desta pesquisa a análise dos trabalhos das comissões Cruls e Belcher, meu foco de análise é a comissão Poli Coelho, por isto, irá constar neste capítulo apenas citações às outras comissões existentes, no intuito de contextualizar a criação da Missão Poli Coelho.

O destaque dado à Missão Poli Coelho faz-se pelo fato de ter havido uma cisão dentro da comissão quanto à localização do novo Distrito Federal. Uma corrente defendia a construção da capital no triângulo mineiro e a outra facção insistia na permanência do quadrilátero de Cruls, ou seja, o planalto central. O engenheiro Lucas Lopes liderava o grupo defensor do projeto, no qual a nova capital deveria ser demarcada no Triângulo Mineiro, tendo a oposição de Poli Coelho, que defendia o traçado de 1891.

Em meio ao alvoroço pela escolha da localização da nova capital, o triângulo mineiro, em específico, a cidade de Uberlândia, assiste o seu panorama social agitar-se com a possibilidade de ser elevada à capital federal, como veicula o artigo do jornal A Tribuna:

“Uberlândia tem o seu destino traçado. Ninguém lhe deverá a palma nos confrontos que se ferirem quando se discutirem as vantagens de seu solo e da sua situação privilegiada porque, mercê de Deus, este pedaço da terra do Brasil há de ser, um dia, o seu centro político e a sua metrópole, porque esta finalidade ninguém facilmente lhe arrebatará.”²⁶

²⁶ ARAUJO, C. “Uberlândia ~ Capital do Brasil”. **Jornal A Tribuna**, 30 de abril de 1939, p.1

No intuito de promover um questionando sobre o tema, o referido jornal expõe qual o posicionamento da sociedade uberlandense em relação à mudança da sede do governo federal. Enfatizando que, no início das discussões nas quais se cogitava a transferência da capital para a cidade de Uberlândia, não houve muito empenho por parte da população para a consolidação deste projeto:

“Se o próprio interventor goiano, pois, exprime a sua preferencia nesse particular, por Uberlândia, é porque, de facto, a idéia se apresenta com os característicos de uma real viabilidade, aliás já exposta por outros vultos eminentes da política nacional, como os srs. Benedito Valadares, gal. Góes Monteiro e Antônio Carlos.

(...) No entanto, por mais estranho que pareça, nada, se fez, em Uberlândia, por uma ampla divulgação do discurso lido pelo interventor goiano neste sentido.

Nem a administração municipal – a quem cumpre o dever estrito de apoiar e divulgar tudo o que diga respeito à propaganda da cidade nem os grandes proprietários locais, entre os quais a Empresa Imobiliária.”²⁷

O artigo denuncia que as autoridades responsáveis pela divulgação dessa possível mudança, estiveram inertes a tão importante momento histórico, vivenciado pela cidade de Uberlândia. Porém o registro, em ata, de uma reunião da Associação Comercial da cidade, modifica esta percepção, já que começa a haver uma movimentação em prol da transformação do município de Uberlândia, em sede do centro do poder político do país. Na referida ata lê-se:

“(...) A seguir o Snr. Secretário procedeu a leitura do officio dirigido ao general Góes Monteiro convidando à visitar esta cidade, como hospede oficial desta associação, afim de verificar pessoalmente as possibilidades excelentes que Uberlândia offerece para a instalação da Capital da República. O officio foi acompanhado de grande número de jornais locais e de toda esta zona, em cujas edições se encontrava vastas reportagens dos discursos proferidos pelo Exmo. Dr. Pedro Ludovico (...).”²⁸

²⁷ “Brasil ... Capital... Uberlândia – É estranho que até agora não tenham procurado ventilar a idéia aquelles que justamente, tem o dever de fazê - lo”. **Jornal A Tribuna**, 24 de abril de 1939, p.1.

²⁸ ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E AGRO PECUÁRIA DE UBERLÂNDIA. **Ata da centésima quadragésima sexta reunião ordinária**, realizada em 25 de abr. 1939. Uberlândia, 1939. Livro 4, p.46

Começa, a partir daí, uma campanha tendo na imprensa o veículo mais participativo, com o objetivo de promover a realização da transferência. Vários elogios passam a ser tecidos a respeito das qualidades que Uberlândia, e o triângulo mineiro possuíam, com destaque para as vantagens que esta região oferecia na edificação da nova capital federal:

“ (...) Uberlândia, a próspera cidade mineira seria elevada a categoria de Distrito Federal. Os apologistas da iniciativa encontram argumentos fáceis para a vitória do seu ponto de vista. Geograficamente, Uberlândia satisfaz plenamente é situada no centro do Brasil, em região de reconhecida fertilidade é ligada ao resto do país por rodovias e estradas de ferro. Além disso, trata-se de uma cidade moderna, suficientemente credenciada pelo alto nível de progresso que alcançou, a tornar-se a capital da República. Nas condições atuais bastaria apenas a construção de edifícios públicos e incrementar a edificação de prédios residenciais para sede das embaixadas e para abrigar a nova população constituída dos funcionários do governo federal.”²⁹

Com base no artigo exposto, perpassa a sensação de que a transferência era algo certo. A cidade já estava se preparando para tornar-se sede do governo federal, o que se fazia necessário eram apenas algumas adaptações, conforme citação acima.

Outros artigos tomam como certeza a transferência da capital para Uberlândia. O Jornal Correio de Uberlândia traz na primeira, página a seguinte chamada: *“Será transferida a capital do Brasil para Uberlândia”*³⁰. Outro artigo, que também ocupava a primeira página, já classificava a cidade como centro das decisões políticas nacionais: *“Uberlândia Sede do Governo”*.³¹

A partir dos artigos jornalísticos, percebe-se que houve um empenho por parte dos dirigentes do município, em prol da disseminação da

²⁹ REVISTA Uberlândia Ilustrada, Uberlândia, nº 12, julho de 1946, p.4

³⁰ “SERÁ transferida a capital do Brasil para Uberlândia”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 16 de abril de 1939, p.1

³¹ AVILA S., “Uberlândia Sede do Governo”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 24 de fevereiro de 1947, p.1

possibilidade de Uberlândia vir a ser a nova capital federal, bem como, a propaganda de que a cidade era promissora na busca do seu desenvolvimento econômico e social .

Outra entidade que projetou ações no intuito de impulsionar a vinda da capital federal para Uberlândia, foi a Associação Comercial. Em uma de suas reuniões, encontra-se referência a uma comissão, criada com a finalidade de levantar fundos para a realização de propagandas, apoiando a elevação da cidade de Uberlândia, à capital da República:

*“Aberta a sessão pelo Snr. Euclides de Freitas, nosso di0gno Prefeito Municipal de Uberlândia que declarou ser finalidade desta reunião estudar-se a possibilidade de se iniciar uma intensa campanha da cidade, nesta ocasião em que existe interesse e as vistas voltadas para Uberlândia, como cidade que se presta para instalação da Capital da república, sugerimos um trabalho conjunto das associações de classe de Uberlândia, cooperando com a Prefeitura. Sugeriu-se designar uma comissão composta de elementos ligados as várias associações locais, criar-se uma caixa de propaganda, custeada pela Prefeitura, pelas associações e recorrendo ao comércio com pedidos de auxílio, formando assim verba para propaganda pela imprensa, rádio e revistas, convidando jornalistas e reportes a visitarem nossa cidade. Foram lembrados os nomes de homens públicos, deputados e jornalistas renomados do país que já recomendaram Uberlândia, como cidade mais adequada para a futura Capital da República. (...). ”*³²

Faz se necessário ressaltar, que Uberlândia não foi a única cidade a ser cogitada para sediar a nova capital. Belo Horizonte também foi citada como possível região a ser sede do governo, e contou com o apoio do general Góes Monteiro:

*“Entretanto noticiam os jornaes de Belo Horizonte que dentro em breve chegará a capital das montanhas o General Góes Monteiro, afim de realizar ali, a convite da Sociedade Mineira de Agricultura, uma conferencia sobre a ‘ mudança da capital federal para Belo Horizonte’. Si a dita conferencia se der, prevemos que o ilustre general exporá as vantagens e os pontos de conveniências desta mudança.”*³³

³² ASSOCIAÇÃO COMERCIAL , INDUSTRIAL E AGRO PECUÁRIA DE UBERLÂNDIA. **Ata da tricentésima quadragésima quinta reunião ordinária**, realizada em 26 de maio 1946. Uberlândia, 1946. Livro 9, p. 71

³³ “A mudança da Capital da República”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 19 de Maio de 1939, p. 1

O jornal A Tribuna analisa esta investida em conseguir levar a capital para Belo Horizonte, expondo o seguinte: *“Nota-se, assim a preocupação dos homens da administração Bellorizontina em fazer desaparecer as possibilidades de se cogitar de outro ponto do vasto território central do Brasil para se plantar a capital republicana.”*³⁴

Porém, as vantagens que o triângulo mineiro, em específico, a cidade de Uberlândia ofereciam para a edificação da nova sede do governo federal eram maiores que as de Belo Horizonte. Primeiro, em relação a um fator considerado de grande importância econômica: os chamados recursos naturais. A região em que está localizada a cidade de Uberlândia possui uma riquíssima rede hidrográfica, o que possibilitava abastecer uma cidade com vários milhões de habitantes e, com base nisso, gerar um enorme potencial de energia elétrica. Em relação a agricultura, localiza-se em uma região não montanhosa, com ótimas terras para lavouras e pecuária. O clima também é outro fator favorável por ser considerado ameno, com temperatura média entre os 18°.

Para finalizar, a localização de Uberlândia superava, em muito, a cidade de Belo Horizonte por fazer divisa com o sul de Goiás e Mato Grosso, e com o nordeste de São Paulo, o que possibilitava a expansão do desenvolvimento econômico para localidades até então pouco exploradas, como as regiões que compõem o chamado Planalto Central do Brasil, fator considerado vital na mudança da capital federal: um local onde se possa promover a irradiação do progresso para as regiões centrais do país.

Diante destas vantagens, permaneceu como opção de localização para a nova sede do governo federal, a cidade de Uberlândia, que contava com apoio de autoridades políticas de outras regiões. Em visita à cidade, o

³⁴ ARAUJO, C. “Uberlândia ~Capital do Brasil!”. **Jornal A Tribuna**, 30 de Abril de 1939 p.2

interventor goiano Pedro Ludovico, assim expôs seu posicionamento em relação à mudança da capital para Uberlândia:

“Se o governo tivesse em mira a resolução deste problema, nenhuma localidade do paiz prestaria melhor para ser a metrópole do país do que esta cidade. A sua situação geographica, seu optimo clima, sua altitude, suas belezas naturais, as possibilidades immensas da vasta região que a cerca, são factores poderosos que a tornam insuperável neste particular.

*Ademais a capital federal aqui localizada traria um desenvolvimento tão grande ao interior do paiz, que a este só benefícios poderiam advir desse acontecimento, que marcaria na evolução da nossa nacionalidade um passo agigantado e grandemente progressista.”*³⁵

O interventor goiano Pedro Ludovico, expos também o posicionamento do governador do estado de Minas Gerais, em relação a nova sede do governo federal, tomando como referência uma conversa que tiveram sobre a questão relativa à transferência da capital. O interventor goiano relatou o acontecimento, salientando o seguinte: *“Conversando, de uma feita com o illustre Governador Dr. Benedito Valadares, falou-me da possibilidade de vir a ser Uberlândia a Capital do nosso querido Brasil. Concordei imediatamente com ele e fiquei encantado com o seu pensamento.”*³⁶

Diversos foram os elogios feitos ao município de Uberlândia, quando se cogitou a transferência da capital. A cidade passou a viver as áureas de ocupar uma posição de destaque nacional, recebendo visitas de figuras proeminentes no cenário político da época, como por exemplo, o Governador do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, o Interventor do estado de Goiás, Pedro Ludovicoe, posteriormente, a partir do ano de 1946, de membros da comissão para a escolha da nova capital, o Dr. Cristóvão Castro Leite e uma

³⁵ “DISCURSO do Interventor Pedro Ludovico”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 11 de Abril de 1939, p.1

³⁶ Ibidem.

subcomissão sob sua chefia, conforme telegrama enviado ao prefeito municipal:

*“(...)Sr. Prefeito Municipal Uberlândia
Deverá chegar a essa cidade depois do dia quatorze do corrente, o doutor Cristóvão Leite de Castro, membro da comissão de localização da nova capital república. Peço que o receba e auxilie no que for possível, para bom êxito de sua missão. Cds. Sds.*

*Alcides Lins
Interventor Federal”.³⁷*

Diante dos comentários dos artigos jornalísticos, percebe-se que Uberlândia alcançou uma importância no cenário nacional sem precedentes, e tudo indicava que possuía as qualidades necessárias para receber a futura capital federal.

Para a realização deste feito contava com o apoio de grandes figuras políticas do momento, como já foi salientando. A agitação e mudanças de comportamento que esta possibilidade trouxe à cidade, provocaram alterações na rotina da sociedade uberlandense. Os benefícios também foram muitos e, entre eles, a investida por parte da administração pública e da classe industrial, na busca por maior desenvolvimento econômico, político e social do município.

O ideal de ser Uberlândia uma cidade promissora, capacitada a ocupar lugar de destaque, tornou-se mais consistente e, ao analisar as reportagens dos jornais no referido período, o que se encontra são comprovações do desenvolvimento da cidade, acompanhadas de elogios diversos sobre as instalações de fábricas, as transações financeiras, expansão comercial, etc.

São dadas ênfases às visitas de figuras que destacaram-se na sociedade brasileira, e suas declarações à respeito da condição de cidade progressista, localizada em uma região rica em recursos naturais, fator este,

³⁷ “Visitará Uberlândia o Presidente da Comissão de Localização da Nova Capital”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 24 de fevereiro de 1947, p.1

muito importante para promover o progresso tão desejado pela elite, detentora do poder econômico da cidade. Pode-se dizer, que estas foram algumas das influências altamente positivas causadas pela cogitação de Uberlândia vir a ser a capital da República do Brasil, o que, sem sombra de dúvida, impulsionou o seu desenvolvimento nos anos subseqüentes.

Uberlândia: o fim do sonho

Aos dias doze de agosto de 1948, a comissão criada de acordo com o Art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da constituição de 1946, sob a presidência do general Sr. Djalma Poli Coelho, declarava por encerrado os estudos feitos para a localização da nova capital do Brasil. Apresentava como resolução final dos trabalhos realizados, a decisão de manutenção da área demarcada pela missão Cruls, ou seja, o planalto central, no estado de Goiás, porém ampliando área demarcada de 14.400 Km para 77.000 Km.

Entre os membros que compunham a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil houve divergências, e a manutenção do planalto central ao invés da região do triângulo mineiro foi decidida por uma diferença de apenas dois votos. A votação foi assim concluída: para manutenção do planalto goiano, com a demarcação já existente pelo trabalho de Luiz Cruls, votaram o presidente da Comissão Djalma Poli Coelho, o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, que no momento da resolução ocupava o cargo de Governador do Estado de Goiás, e os engenheiros Luiz Augusto da Silva Vieira, Arthur Eugenio Magarinos Torres Filho, Francisco Xavier Rodrigues, Jorge Leal Burlamaqui e Odorico Rodrigues d'Albuquerque. Favoráveis à escolha da localização da nova capital do Brasil, com base nos trabalhos realizados pelo engenheiro Lucas Lopes, no qual o mesmo delimita a região do triângulo mineiro como melhor opção para edificar o novo distrito federal, votaram os engenheiros Christovão Leite de Castro, Luiz de Anhaia Melo, Antônio Carlos Cardoso e o dr. Geraldo H. de Paula e Souza. Ao final

dos trabalhos, por diferença de dois votos, a opção referente a elevação do triângulo mineiro à condição de distrito federal foi descartada.

A cidade de Uberlândia recebeu com muito desgosto esta resolução, o que se percebeu a partir de uma reportagem publicada no jornal *Correio de Uberlândia*, na qual o autor faz uma crítica ao posicionamento do general Poli Coelho frente à decisão final da comissão para a indicação da localização da nova capital:

“(...) O sr. General Poli Coelho, presidente da comissão sob cuja direção estavam os trabalhos, procurou influir pessoalmente, no espírito de seu companheiros de Comissão, para que a solução fosse aquela por ele esposada, fazendo antecipada e extemporaneamente declarações sobre o resultado a que chegaria a Comissão; (...)”³⁸

A votação final que levou ao encerramento dos trabalhos da comissão conhecida popularmente como “Missão Poli Coelho”, provocou críticas diversas pelos veículos de comunicação, da cidade de Uberlândia. Um dos pontos questionados, dizia respeito à validade da votação realizada pelos membros da referida comissão. Alguns repórteres expuseram que havia dois votos contra a região do triângulo mineiro, que não deveriam ser considerados pelo fato de serem votos já definidos desde o início dos estudos para a escolha da localização da nova capital. Segundo as reportagens enquadraram-se nesta classificação os votos do general Poli Coelho, que não deixou de expor sua preferência pelo planalto central, desde o início dos trabalhos, na demarcação realizada pela “Missão Cruls”: *“(...)O sr. General Poli Coelho, presidente da comissão, tomou, extranhamente, “a priori” o partido da localização da nova*

³⁸ MORAES, Albano . “ A mudança da Capital da República : Discordo e Protesto” . *Jornal Correio de Uberlândia*, 11 de agosto, 1948. p.5

capital do planalto goiano, a ponto de se irritar-se quando lhe falavam na hipótese de ser escolhido outro local,(...).”³⁹

O outro voto que estaria dentro da classificação acima, foi o do engenheiro e governador do estado de Goiás Jerônimo Coimbra Bueno que, devido a sua condição, apresentava interesses em que a capital federal fosse demarcada no estado de Goiás, jurisdição que estava sob seu comando político. Diante disto não poderia estar compondo esta comissão, uma vez que na função de governador poderia ser tendencioso:

“ (...) Dois votos recebidos pelo Planalto são ‘desnitado’ uzando agora da expressão do sr. General, (...), O do ilustre governador de Goiaz, que na qualidade de parte interessada na questão devia ter jurado suspeição, devia mesmo ter deixado a Comissão desde que foi eleito para o elevado cargo que tão brilhante exerce”⁴⁰

“(...) Porque o sr. General Poli Coelho , na qualidade de presidente da Comissão e pelas suas manifestações extemporaneas e o ilustre governador de Gioaz, sr. Coimbra Bueno, na qualidade de parte interessada estavam inhilidos de votar. Por essas razões e principalmente pela falta de estudos completos das outras regiões indicadas é que lanço o meu protesto, não concordando com o resultado a que chegou a comissão, por 7 a 5 votos.”⁴¹

Esta questão também esteve sob análise nas reuniões da própria comissão:

“O Senhor Presidente, em resposta, informa que perguntando ao Presidente da república se a condição do Eng. Jerônimo Coimbra Bueno como Governador não lhe crearia uma situação difícil, o General Dutra dissera que, de fato, tornar-se-iam incompatíveis as duas funções, pelo que pretendia nomear-lhe um substituto na Comissão, (...).”⁴²

³⁹ Ibidem

⁴⁰ “A mudança da Capital da República: O deserto goiano e o seu grande advogado”. **Jornal Correio de Uberlândia**, 25 de out. 1948. p 8.

⁴¹ MORAES, Albano. “ A mudança da Capital da República : Discordo e Protesto “. **Jornal Correio de Uberlândia**, 11 de agosto, 1948. p.8

⁴² MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Comissão de Estudo da Localização da Nova Capital do Brasil – Relatório Técnico**. Rio de Janeiro, 1948. 1ª parte v. III, p.30.

Porém, não foram encontradas referências posteriores sobre a decisão que deveria ser tomada, no que diz respeito à substituição do referido membro da comissão. Fica o questionamento, se não era pertinente a permanência do governador na comissão, então, porque mantiveram seus trabalhos? Conforme análise feita ao relatório técnico, foi grande a influência dos estudos e colocações propostas pelo engenheiro Coimbra Bueno, na decisão final de outros membros da comissão em relação à escolha pelo planalto goiano.

Sedimentando a posição do general Poli Coelho pela manutenção do quadrilátero Cruls e na recusa em eleger, sob seu parecer, outra região que não fosse o planalto central, no estado de Goiás, o jornalista uberlandense Albano Moraes, discordou da decisão final a que chegou a comissão para localização do novo distrito federal, com o seguinte argumento:

“Discordo da Resolução da Comissão de Estudos da Nova Capital(...). (...).IMPORTANTE: O sr General Poli Coelho, sob cuja direção estavam os trabalhos da escolha do novo local para a futura capital, jamais mandou efetuar estudos em outras regiões indicadas, com o interesse e a meticulosidade com que foram feitos os estudos no planalto goiano, para onde, desde o início, enviava comissões de engenheiros e “engenheiras”, técnicos os mais diversos que por aquela região permaneciam por longo tempo, quando para outros locais indicados, como nosso triângulo mineiro, principalmente para a região de Uberlândia tão falada e já dela muito lembrada, por desengargo de consciencia apenas mandava de vez enquanto, alguém dar uma olhadela superficial (...).”⁴³

Segundo caracterização feita pelo general Poli Coelho, a finalidade dos estudos da comissão presidida pela sua pessoa, poderia se definir na idéia de delimitar a localização do futuro distrito federal, na região já demarcada pelos estudos realizados pela “Comissão Exploradora do Planalto Central” em 1892, sob o comando do astrônomo Luiz Cruls, conforme trecho transcrito a seguir,

⁴³ Ibidem

retirado do relatório apresentado como encerramento dos trabalhos a que foi destinada a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil:

“Ora, existindo o território para êsse Distrito Federal já demarcado em 1892 pela Comissão Cruls, em virtude de estipulação constante da Constituição de 1891 e até hoje aguardando a sua transferência à jurisdição da União, poder-se-ia concluir que a tarefa da Comissão seria agora simplesmente a de procurar a melhor localização da nova Capital dentro dos 14.400 quilômetros quadrados da área demarcada.”⁴⁴

A prerrogativa que sedimentou a escolha do planalto goiano e o descarte da região do triângulo mineiro, foi a definição de que deveria ser transferida a nova capital federal para o planalto central, existente na constituição de 1891.

Declarações de membros da referida comissão, não enquadravam a região mineira, apontada para sediar o novo distrito federal, na classificação de planalto central, feita com base nos preceitos constitucionais, conforme declaração proferida pelo engenheiro Luiz A .da Silva Vieira (vice presidente da Comissão): *“Fora de dúvida a Constituição vigente, com a expressão ‘planalto central’ se refere às terras altas do divisor de águas das grandes bacias do Amazonas, do Prata e do São Francisco.”⁴⁵* e a do engenheiro Odorico Rodrigues de Albuquerque, classificando o triângulo mineiro como sendo uma região que não se localizava no planalto central:

“Assim sendo, Patos e o Triângulo Mineiro não estão no Planalto Central, no conceito constitucional, pois si nele estivessem, números outros planaltos igualmente lá se achariam, como por exemplo as chapadas onde nascem os rios Jequitinhonha e Arassuaí em Minas (...).”⁴⁶

⁴⁴ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Comissão de Estudo da Localização da Nova Capital do Brasil – Relatório Técnico.** Rio de Janeiro, 1948. 1ª parte v. I, p.16.

⁴⁵ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Comissão de Estudo da Localização da Nova Capital do Brasil – Relatório Técnico.** Rio de Janeiro, 1948. 1ª parte v. II, p. 82.

⁴⁶ Ibidem., p. 104.

Partidário fiel desta definição, o presidente da comissão, general Poli Coelho, expôs seu parecer sob a seguinte redação :

“As pretendidas extensões do conceito de planalto central, de modo a abranger o Triângulo Mineiro e outras regiões de Minas e de Goiás, são artificialmente criadas como recursos de argumentação. (...), ao mesmo tempo que se afastam da letra das constituições, inclusive a de 1946, que reclama a transferência da Capital para ‘O’ planalto central e não para ‘um’ planalto central”⁴⁷

Segundo análise do general Poli Coelho a constituição de 1891 já delimitara que a região do planalto goiano, por estar no centro da formação geográfica do país, deveria ser a capital federal. De acordo com sua argumentação :

“A constituição vigente, seguindo aliás as anteriores de 1891 a 1934, alude a esse planalto quando emprega a expressão determinativa ‘O’ planalto central do país (art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Desde o tempo do Império, pelo menos ninguém no Brasil jamais teve notícias de outro planalto central que não o desse, onde estavam situadas as antigas vilas Mestre d’Armas e Formosa da imperatriz.”⁴⁸

Diante destas justificativas em torno da necessidade de excluir da definição de planalto central, a região do triângulo mineiro, a cidade de Uberlândia assistiu ao fim da possibilidade de vir a ser a nova capital do Brasil.

Porém, houve um questionamento interessante feito por um jornalista do Jornal Correio de Uberlândia, no qual, discute a definição adotada pelos membros da comissão para a região do planalto central, e o fato do triângulo mineiro e a cidade de Uberlândia não se enquadrarem nesta definição:

“Caem assim por terra (...), a questão da localização do Triângulo Mineiro dentro do chamado planalto Central do Brasil, dizendo que ‘essa inclusão que parece justa aos que desejariam ver a nova capital no Triângulo, não tem fundamento geográfico, nem constitucional’ como procurará demonstrar em artigos seguintes.

⁴⁷ Ibidem., p. 7.

⁴⁸ Ibidem., p. 6.

O ilustre general deve estar atacado de amnésia – perda de memória, pois se uma das primeiras resoluções da Comissão por ele presidida constitui em definir geograficamente o planalto central do país como nos conta o eminente engenheiro Lucas Lopes membro da comissão, em seu magnífico trabalho ‘Estudos de Política do Brasil’, 1ª página do cap. IV, como vem agora o sr. General dizer que não se deixou ‘arrastar pela novidade geográfica de incluir o Triângulo Mineiro no Planalto Central do País? Novidade ou não a comissão presidida por S.S. adotou a seguinte resolução que serviu de ponto de partida para os seus estudos e se o senhor general dela se esqueceu vou transcrever tal qual se acha no grande trabalho de Lucas Lopes, ainda pode dizer-se inédito, porque há poucos exemplares dele distribuído. A resolução diz o seguinte:

‘A comissão adota, para efeito de seus estudos o seguinte conceito geográfico de PLANALTO CENTRAL DO BRASIL, é a parte central do planalto brasileiro compreendendo o maciço que tem por limites ao sul o rio Grande a leste o rio São Francisco e que ao norte e a oeste descamba suavemente na direção geral noroeste, estendendo-se até as primeiras cachoeiras a jusante dos rios amazônicos e até às bordas da encosta envolvendo do pantanal mato-grossense.’⁴⁹

Apesar da tentativa de descaracterizar a definição adotada pela comissão, o protesto da cidade de Uberlândia não alcançou o propósito desejado, ficando definido, como território para a edificação da nova capital do Brasil, a região do chamado planalto goiano. Entretanto fica a dúvida: se a comissão elegeu um conceito ao iniciar os estudos para definir as delimitações do planalto central do Brasil, por que ao findar os trabalhos este conceito foi subtraído e passou-se a fundamentar-se em artigos constitucionais?

Não consegui ter acesso ao trabalho do engenheiro Lucas Lopes, intitulado “Estudos de Política do Brasil”, no qual promove estudos relativos à mudança da capital. Diante disso, estou impossibilitada de aprofundar essa discussão. Porém deixo registrado tal questionamento como opção de continuidade deste trabalho, e também possibilidades de pesquisas em outras áreas.

⁴⁹ “A mudança da Capital da República: O deserto goiano e o seu grande advogado” . **Correio de Uberlândia**, Uberlândia, 25 de out. 1948. p 8.

No que diz respeito ao tema da segurança nacional, as duas localizações, a do planalto goiano e a região do triângulo mineiro, atendiam em igual margem de vantagens a proteção e segurança nacional por estarem ambas afastadas do litoral, o que possibilitaria montar estratégias de defesa com maior agilidade e precisão, em caso de ataques que se iniciassem pela orla marítima.

Porém, deve-se ressaltar que ficam expostas a ataques aéreos e que os membros da comissão, em questão, possuíam conhecimento deste fato, pois haviam terminado de ver chegar o fim a segunda guerra mundial e tinham clareza em relação ao poder das bombas atômicas, independente da localização em que se encontrava qualquer cidade .

A idéia de que, tanto a região de Goiás como a do triângulo mineiro satisfaziam os interesses nacionais, ao que concerne a questão da segurança, encontra-se exposta em uma correspondência entre o chefe do Estado-Maior do Exército e o Ministro da Guerra, por meio de um telegrama:

“Quanto ao aspecto da segurança nacional é indiscutível que a atual capital, situada na orla marítima, é bastante vulnerável aos ataques navais e aéreos , pelo que será de toda a conveniência a sua mudança para o interior.

Sob êsse aspecto, tanto o Planalto Central de Goiás como o Triângulo Mineiro, apresentam condições idênticas de segurança.”⁵⁰

Outra justificativa apresentada para a exclusão do triângulo mineiro na disputa para sediar o distrito federal, fundamentou-se na idéia de que a vinda da capital para Minas Gerais traria mais desenvolvimento: primeiro para a região triângulina, que já era bem desenvolvida; segundo para a região sul, que

⁵⁰ CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **Telegrama**. Rio de Janeiro, 09.06.1947. Telegrama ao sr. General Ministro da Guerra, para apresentação do parecer do Estado Maior do Exército sobre o problema para a mudança da capital.

se encontrava em grau de desenvolvimento avançado, o que acarretaria às regiões norte e nordeste a condição de áreas despovoadas, com retardamento em seu desenvolvimento econômico. Destaco dois pareceres sobre a questão.

Exposição do engenheiro Odorico Rodrigues de Albuquerque:

*“(…), somos de parecer que qualquer situação da Nova Capital que fique ao sul do paralelo 16º não consulta aos interesses nacionais, como um todo, mas só aos interesses do sul do Brasil e ainda por considerar que é função precípua do Governo Federal manter a integridade da Unidade Nacional, promover o desenvolvimento harmônico dos Estados, superintender todos os interesses nacionais como um todo e não apenas de sua parte mais povoada porque essa, já bem lançada no progresso, não carece tanto de sua assistência, (...)”*⁵¹

A explanação do general Poli Coelho, em relação à função da capital como irradiadora de progresso para todas as regiões do país é assim registrada:

*“Eis porque não faço, nesta justificativa de voto, a menor referencia as citadas regiões do Triângulo Mineiro e outros. Essas regiões já se acham bastante desenvolvidas e a instalação, em qualquer delas, do governo federal viria estabelecer uma profunda perturbação no ritmo já alcançado pelo seu desenvolvimento.”*⁵²

Segundo o posicionamento do general, quando a capital levar o progresso ao interior do planalto central, o triângulo mineiro e as cidades de Patos e Araxá, conseguirão alcançar seu pleno desenvolvimento, sendo um ponto positivo para estas regiões que, sob seu parecer só teriam problemas e perturbações caso fosse ali edificada a nova capital. Destaco transcrição da “interessante” argumentação do general, sobre a vantagem que teria o triângulo mineiro em não sediar a capital federal:

“No dia em que a presença da nova Capital tiver levado ao interior – Goiás e Mato Grosso – o surto de que ela necessita, as regiões do Triângulo Mineiro, de Patos, de Araxá etc. poderão alcançar o seu pleno

⁵¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, op. cit., 106

⁵² Ibidem., p. 38

*desenvolvimento porque, no mínimo, sem sofrerem a menor desorganização, serão a base para os suprimentos agrícolas, pecuários, energéticos etc. de todo interior, cujo povoamento e aproveitamento, no meu modo de ver, constituem o supremo objetivo da mudança da Capital.*⁵³

Diante desta colocação podemos perceber que diversas foram as investidas em prol da exclusão da região do triângulo mineiro, classificando-o como uma região promissora por ser o local que iria abastecer as necessidades existentes na capital federal. Porém, sob outra análise, esta colocação reduz a região à mera provedora de recursos, escassos ou inexistentes, na região do interior do planalto central.

Na defesa da edificação da capital no triângulo mineiro, o engenheiro Lucas Lopes empreendeu um respeitável trabalho de pesquisa, com demarcações geográficas, no qual, por meio de mapas, expõe as vantagens que o país conseguiria com a vinda da capital para Minas Gerais. Primeiro, por ser ponto de encontro das duas grandes estradas de rodagem, a que ligaria Vitória-Belo Horizonte-Cuiabá (a Centro–Oeste) e Belém-Porto Alegre (a Transbrasiliana), que no momento era um projeto valioso para o desenvolvimento do país, e que possibilitaria à região triangulina interligar-se a todos os estados que compõem a federação. (mapa em anexo).

Ainda, no que concerne ao tópico de transportes, haveria a melhoria de navegabilidade dos rios Araguaia e Tocantins e a transformação do rio São Francisco em rota vital para a comunicação com o nordeste.

O referido engenheiro fundamentou a importância da região, por ter sido indicada pelo governador mineiro Benedito Valadares como sendo o local mais propício para a construção da nova capital:

⁵³ Ibidem., p. 39.

“Esta foi a área que nos indicou, certa vez, o Governador Benedito Valadares, com a sua visão aguda de político e estadista, como sendo a que merecia maiores estudos. Foi de sua indicação quem os veio o desejo de estudar melhor o assunto e procurar definir as bases concretas de sua justificativa.

*(...) De tôdas as nossas pesquisas e observações pudemos concluir das vantagens excepcionais da região indicada e das possibilidades ‘imediatas’ de se tornar ela o Distrito Federal do futuro.”*⁵⁴

Para além dos meios de transportes, por intermédio de vários mapas o referido engenheiro expõe a riqueza da região do triângulo mineiro em termos de recursos naturais, que possibilitariam a subsistência do distrito federal.

Na justificativas a seguir estão sendo expostos os pareceres contra a edificação da capital no planalto goiano, no intuito de ressaltar as vantagens da região de Minas Gerais. O engenheiro Antônio Carlos Cardoso, favorável à escolha do triângulo mineiro, quando critica a função colonizadora da capital, expõe a seguinte análise:

*“Sem dúvida, a Capital é um centro de civilização e de irradiação de progresso, através da ação governamental propulsora. Não lhe cabe porém, como centro da vida política, administrativa, social e cultural da nação, a função colonizadora de conquista do território e criadora de núcleos de povoamento no sertão. Essa função é própria das cidades situadas na frente econômica pioneira, em sua contínua expansão territorial e demográfica.”*⁵⁵

A partir desta explanação, percebe-se o intento, por parte do referido membro, em indagar a importância dada à opção de ter a futura capital federal o objetivo de levar civilização às zonas desprovidas de progresso. Tal questionamento se faz pertinente, devido ao fato de não ser esta a função principal da sede do governo federal, que se caracteriza por obrigações e atividades que estejam voltadas para assuntos políticos e administrativos .

⁵⁴ LOPES, L. **Memória sobre a mudança do Distrito Federal**. Belo Horizonte: [s. n.], 1946, 60 p.

⁵⁵ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, op. cit., 112 .

Para o dr. Geraldo H. de Paula e Souza, a região escolhida pela maioria, o planalto central, não proporciona uma localização satisfatória para capital por apresentar condições sanitárias precárias:

“Considerando, ainda, que a área do norte, na rápida inspeção a que se procedeu, impressiona pelo número de casos de indivíduos atacados de bócio, assim como de outros casos degenerescência, o que faria menos indica se positivada essa deficiência em face de outra área, o que redundaria na condicional proposta no considerando anterior.”⁵⁶

Apesar destas prerrogativas contendo críticas feitas pelos membros da comissão, favoráveis à edificação do novo distrito federal na região do triângulo mineiro, e protestos de cidadãos uberlândenses, inconformados com a resolução final apresentada pelos trabalhos da comissão, estes não conseguiram impedir que a região do triângulo mineiro perdesse a indicação para sediar o centro de decisões políticas do país.

Porém, Uberlândia é uma cidade com dirigentes persistentes, como o político Hermes da Fonseca filho do coronel Carneiro, que compartilhava com entusiasmo do sonho de seu pai, ver o município de Uberlândia sediar a capital do Brasil. E, para concretização deste sonho, realizou ações como, o envio de vários telegramas e cartas a importantes figuras políticas do período. Por exemplo para o presidente Dutra:

“ A Vossa mensagem ao Congresso sobre a mudança da capital da República demonstrou o vosso alto patriotismo e a vossa determinação de iniciar uma nova etapa na administração do Paiz. As gerações futuras saberão que Vossa Excelência deu ao Congresso a oportunidade para escolher entre as Zonas apontadas, a que melhor convenha para execução de tão importante decisão. Como brasileiro, peço-vos que realizeis essa mudança até mesmo para o planalto central, apesar de enxergar nessa indicação somente a vontade de criar obstáculos ao vosso desejo de fazer cumprir a imposição constitucional sobre o assunto. (...).

⁵⁶ Ibidem., p.138

O Congresso escolhendo finalmente o Triângulo, estará cooperando com o senhor Presidente na realização do maior e mais audacioso empreendimento em benefício da nossa Pátria.”⁵⁷

A persistência em ver Uberlândia capital não encerrou-se com a conclusão dos trabalhos da comissão sob o comando do general Poli Coelho. Um grupo de políticos locais, no intuito de fazer real, o sonho do velho Coronel José Teófilo Carneiro em transformar essa cidade em capital, nem que seja a do triângulo mineiro, passam a ventilar a intenção de separar o triângulo mineiro do estado de Minas Gerais, instituindo como capital do novo estado criado, a promissora cidade de Uberlândia. Mas esta é uma outra História a ser estudada, criando espaço para uma estimulante pesquisa histórica.

⁵⁷ HERMES DA FONSECA, **Carta**. Uberlândia, 25.08.1948. Carta enviada ao presidente da República general Eurico Gaspar Dutra por Hermes da Fonseca discutindo o assunto referente a escolha do local para transferência da capital.

Considerações Gerais:

Devo salientar, que na realização deste trabalho, alguns objetivos não foram possíveis de serem alcançados, devido, em parte, à falta de mais tempo para a realização de outras pesquisas complementares.

Um destes objetivos não alcançados, foi promover uma discussão em torno da desapropriação de terras para a construção da nova capital. Não consegui dispor de tempo para percorrer os arquivos de cidades do estado de Goiás, como Goiania, a capital, na busca por algum documento que elucidasse a dúvida quanto ao pagamento feito pelo governo do estado, para a desapropriação das terras.

Em uma parte instigante do relatório técnico, o presidente Poli Coelho cita uma lei federal criada pelo estado de Goiás, facilitando a desapropriação de terras naquele estado. Diante disto fica a interrogação: foi conveniente criar mecanismos constitucionais para facilitar a transferência da capital para Goiás? Veja-se a posição de Poli Coelho:

“Tal desapropriação geral não demandará muito dinheiro, dado o preço infimo que ainda tem as terras do Planalto. É aliás esse preço infimo uma das razões pelas quais deve ser preferido o Planalto goiano a qualquer outra área de Minas, (...).

Além das desapropriações, podemos contar com as doações de terras feitas por particulares. A um proprietário de terras no Planalto atualmente desvalorizadas, será muito vantajoso ceder ao governo essas terras em troca de uma porção menor porém mais valorizada.(...). A nova Constituição de Goiás e a lei nº 41, de 13 de Dezembro de 1947, dêsse Estado, procuram facilitar ao máximo as desapropriações de toda a área necessária ao Território da nova Capital.”⁵⁸

Permanece ainda o questionamento quem eram estes proprietários que estavam dispostos a promover doação de terras para a construção da capital

⁵⁸ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, op. cit., 11

E, também, quem eram os proprietários que receberam o pagamento pela desapropriação de suas terras? Será que existia interesse por parte dos membros da comissão nestas desapropriações, já que eram regiões pouco valorizadas, conforme a transcrição anterior?

Em um artigo do jornal Correio de Uberlândia, o repórter, deixa subentendido esta questão, de que, alguém poderia possuir interesses financeiros com a vinda da capital para o planalto central, dentro do estado de Goiás:

“Os que tiverem de ver, vejam. Os que tiverem de opinar, que opinem. E, qualquer a decisão, o tempo há de se encarregar de dizer que a verdade sempre esteve com o sr. Lucas Lopes, cujo interesse caso é de ordem puramente nacionalista. Ele não tem terras para vender ou valorizar, nem no Triângulo Mineiro e nem em Goiás.”⁵⁹

Fica a suspeita levantada pelo jornal nesta reportagem, quem teria esse interesse? Para a elucidação deste questionamento necessitar-se-ia uma nova pesquisa, mais profunda delimitada, em torno das desapropriações.

Não foi só o estado de Goiás que ofereceu ao governo federal, terras para desapropriação, em prol da construção da nova capital federal. Os jornais Correio de Uberlândia e o Repórter, publicaram artigos referentes à proposta do industrial e dono de empresa de terrenos na cidade, sr. Tubal Vilela da Silva:

“Pelo sr. Tubal Vilela da Silva grande capitalista, industrial e Uberlandense que muito tem cooperado pela grandeza de Uberlândia, foi transmitido o seguinte telegrama:

“General Eurico Gaspar Dutra D.D. Presidente da República Palacio Catete Rio de Janeiro.

Na qualidade proprietário Empresa Imobiliária uberlandense vg com sede nesta cidade vg peço venia a vocencia para oferecer area mil alqueires terras excelentes vg correspondente cicoenta milhões de metros quadrados vg para instalação futura Capital Federal Triangulo Mineiro pt.

⁵⁹ “Deve ser localizada no Triângulo Mineiro a futura capital da República!” . **Correio de Uberlândia**, 04 de novembro 1948. p 1.

Adianto vossencia que as terras referidas estão localizadas no município Toribaté vg proxima grande potencial hidraulico Cachoeira Dourada e confrontam com os município Ituiutaba vg Prata vg Uberlândia vg Tupaciguara vg Araguari vg no Triangulo vg e itumbiaria no Estado de Goiás pt

Além servidas exelentes aguadas vg são banhadas pelos dos Piedades vg Bebedouro vg é outro pt Aceita que seja doação oferecida vg mandarei relatorios com maiores detalhes pt –

Saudações cordiais

Tubal Vilela da Silva.

Nota: Foram remetidas copias deste despachos telegramas aos senhores: dr. Fernando de Mrlo Viana, dr. João Beraldo e dr. Benedito Valadares.”⁶⁰

Diante da colocação acima, fica a ressalva de que Minas Gerais, também ofereceu ao governo facilidades na aquisição de terras para desapropriação, com o intuito de influenciar a escolha da nova sede do governo federal, favorável à cidade de Uberlândia.

Outro enfoque dá-se nas atas das reuniões realizadas pela comissão, que ao serem analisadas levam-me a perceber que havia desavenças entre o presidente Poli Coelho e os engenheiros Christovão Leite de Castro e Lucas Lopes. Em quase todas as reuniões, esses dois engenheiros interpelavam o presidente sob algum ponto que não estava explícito. O presidente Poli Coelho, em algumas vezes, chegou a ser agressivo quando dava respostas aos colegas de trabalho. Diante disto fica a questão, será que estas desavenças não fizeram com que a escolha da capital fortalecesse em prol do planalto goiano, devido ao fato de ser a região escolhida por Poli Coelho, figura que possuía mais autoridade dentro da comissão e ainda estava apoiado por órgãos com poder de influência, como por exemplo, o Estado Maior do Exército?

Exponho algumas falas transcritas nas atas, das quais pude ter acesso, e que fundamenta a questão referente às desavenças:

⁶⁰ “MUDANÇA da Capital”. **Jornal O Repórter**, 13 de julho de 1946. p.3

“O Senhor Presidente esclareceu que a aceitação do trabalho em apreço importaria em aceitar também vários pontos, preliminares e critérios que mereciam e deviam ser discutidos. Por exemplo, a fixação de cinco habitante por quilômetro quadrado não tem fundamento científico; é arbitrária e deixa antever a intenção de excluir a área de Cruls quando a seu ver o ideal seria até levar a capital para um local onde ainda nem haja povoamento.

O engenheiro Christovam Leite Castro declarou que recebia com alegria e satisfação essa acusação do Senhor Presidente porque representava a absoluta independência com que se houvera a Subcomissão, agindo sem qualquer critério de parcialidade nem tendo em vista qualquer local preferido.

O Senhor Presidente declarou que não fazia uma acusação, apenas demonstrava a impressão que lhe causara a limitação marcada pelo índice cinco de população.”⁶¹

Com base nestas análises fica a dúvida, será que a opção em torno do triângulo mineiro para sede do governo federal perdeu forças com essas supostas desavenças? Esta é uma questão que não foi possível de ser respondida neste trabalho, devido ao pouco tempo e dispositivos necessários à pesquisa.

Estes questionamentos compõem um instigante e rico leque de possibilidades para futuras pesquisas, que poderão ser efetuadas como realização de um novo trabalho envolvendo esta temática ou em um futuro próximo, como dissertação para aquisição do título de mestre.

Apesar de ter ficando algumas interrogações a serem decifradas, tenho que salientar que foi um trabalho gratificante, principalmente por ter sido uma temática há tempos esquecida em meio a recortes jornalísticos. E, que ao ser analisada, demonstrou sua riqueza em termos de informações sobre um importante momento histórico, tanto para a cidade de Uberlândia quanto para o Brasil.

⁶¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, op. cit., 43 .

Referências Bibliográficas

▪ Fontes Primárias

Atas:

- ASSOCIAÇÃO Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia, 1938 à 1948.

Jornais:

- A Tribuna, ano 1938 à 1939
- CORREIO de Uberlândia, 1938 à 1948
- O Repórter, 1938 à 1948
- O Estado de Goiás, 1939
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES. **Comissão de Estudo da Localização da Nova Capital do Brasil – Relatório Técnico.** Rio de Janeiro, 1948. 120p.
- REVISTA Uberlândia Ilustrada, 1938 à 1946.
- LOPES, L. **Memória sobre a mudança do Distrito Federal.** Belo Horizonte: [s. .n.] , 1946, 60 p.
- CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, **Telegrama**, Rio de Janeiro, 09.06.1947. Telegrama ao sr. General Ministro da Guerra, para apresentação do parecer do Estado Maior do Exército, sobre o problema, referente a mudança da capital.
- COLEÇÃO Roberto Carneiro I e II. Arquivo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Uberlândia.

▪ Fontes Secundárias

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**. Rio de Janeiro, 1998, p. 9/26.
- ARRUDA, Maria A . do Nascimento. A temática regional considerações historiográficas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo: USP, 1986/87,p.155/166.
- BATALHA, Cláudio H. de Moraes. A História Social em questão. **Revista História & Debates**, Curitiba, 1988, nº 17, p. 229-241.
- CHACHAM, Vera. A memória dos pequenos lugares e a construção da grande cidade : Pontos e panoramas na Belo Horizonte dos anos 30 e 40. **Varia História**, Belo Horizonte, nº13, Junho/94, p.132-146.
- FERRO. Marc. História local, História geral; vínculos entre o passado e o presente. **A História Viglada**. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 109/124.
- GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1992, p.45/48.
- IRSCHLINGER, Fausto . O resgate da História Local, lugares e memórias. **Caderno dos Pós-Graduando em História**. Passo Fundo: UPF, 1999, p.8/19.
- LONGA história/ breve histórico da interiorização da capital do Brasil. **Patimônio Cultural**. Brasília, c.2000, Biblioteca do Quartel General. Documentos referentes à comemoração dos 40 anos de Brasília.
- MARTINS, José de Souza. Por uma compreensão do esquecimento e do silêncio. **Subúrbio. Vida Cotidiana e História no Subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, o fim do Império ao fim da República Velha** .São Paulo: HUCITEC,1992 , p.7/24.

- MATOSSO, José. A Escrita da História. Teoria e métodos e fontes. **Revista Pós-História**. Assis, 1994, v. 2, p. 181/187.
- NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. **História de Uberlândia**. Uberlândia: Grafy, 2000, 162p.
- PRIORI, Angelo. História regional e local: método e fontes. **Revista Pós-História**. Assis, 1994, v. 2, p. 181/187.
- RODRIGUES, Jane de F. S. História Regional e Local: problemas teóricos e práticos. **Revista Historia & Perspectiva Uberlândia**: EDUFU/COCH , 1997, nº16/17, p. 149/164
- SILVA, Marcos (Coord.). República em Migalhas. História Regional e Local. **Revista Brasileira de História**, São Paulo : Marco Zero/ CNPq, 1990.p.43/49.
- TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central – História da criação do município de Uberlândia: Grafica, 1970, 2v.
- VISCARDI, Cláudia M.R. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, 1997, vol. 3, nº1, p.84/97.
- WESTPHALEN, Cecília M. História Nacional, História Regional. **Revista Estudos Brasileiros**. Curitiba: UFPR, 1997, nº 3, p. 29/34.

ANEXOS:

Artigo do Jornal A Tribuna, ilustrando a temática em torno da transferência da capital para Uberlândia.

Mapa ilustrando a região do triângulo mineiro como ponto de conversão das rodovias Transbrasiliana e Centro-Oeste.

Mapa ilustrando o posicionamento do triângulo mineiro, em relação a economia agrícola.